

Intendência do Exército

Márcio de Moura Barros*

Matéria extraída de palestra proferida pelo autor, em 20 de agosto de 1997, no Ministério da Aeronáutica, Brasília (DF), nas comemorações do Dia da Intendência da Aeronáutica.

ASPECTOS HISTÓRICOS

As atividades de intendência, diretamente ligadas à sobrevivência dos homens na guerra, foram evidenciadas e desenvolvidas ao longo dos tempos por chefes militares como Ciro, Alexandre, César, Gustavo Adolfo e Napoleão. No Exército Brasileiro, o Serviço de Intendência teve sua organização formalmente registrada através de leis, decretos e decretos-leis. Seu desenvolvimento obtido através de experiências, legou – nos as bases para estudos visando ao aperfeiçoamento das suas formas de funcionar na paz e na guerra.

* General-de-Brigada.

Período de 1549 a 1920

• Evolução

No dia 29 de março de 1549, chegou Tomé de Souza ao Brasil. Com 600 homens em armas, grande quantidade de material bélico e a primeira lei orgânica da força armada do Brasil, representada pelo Regimento d'El – Rei, visava a estabelecer a unidade da colônia. Iniciava-se aí a história da administração militar brasileira.

Os homens, para se alimentar, recebiam as soldadas, e para o fardamento, recebiam recursos em dinheiro fornecido pela Coroa. Já no governo de Mem de Sá, o fardamento das tropas de linha e de milícia era confeccionado no Brasil com pano vindo de Portugal.

Em 1763, ao tempo das campanhas do Sul, o sistema dava mostras de falhas. Foi nesse ano, que se criou, no Rio de Janeiro, uma organização chamada *O Trem*, para atender às necessidades de transportes e outros serviços para a tropa.

Em carta de 18 de dezembro de 1767, o general João Henrique Bohn dirigiu-se ao Conde de Oeiras solicitando a designação de um comissário tesoureiro para cada regimento, a fim de se incumbir da administração dos dinheiros.

Em 1774, a feitura dos uniformes, barracas e equipamentos era realizada na Fábrica Real no Rio de Janeiro.

Após a chegada, em 1808, de D. João VI, a administração militar tomou outro

rumo. A 1^ª de Março de 1881, aquele monarca criou os arsenais de guerra, que tinham, entre outras atribuições as atinentes ao material de intendência. Esses arsenais se impunham porque o provimento de uniformes aos corpos, durante o Brasil reinado, era coisa complexa, já que cada unidade tinha um tipo peculiar de complicado fardamento.

No que respeita à alimentação da tropa, o sistema não mudou, até 1821, quando foi criado o Comissariado Militar do Brasil, instituição destinada a prover as necessidades dos corpos em gêneros. Nesse mesmo ano, foi criado o Quartel Mestre General, encarregado das questões relativas ao rancho da tropa, provimento de uniformes, equipamento e material de acampamento, arreamento e utensílios de uso do Exército.

Em 1851, restabeleceu-se o Trem, que deixara de existir no tempo de paz. Nessa época, com a finalidade de conduzir o comboio do Exército, composto de inúmeras carretas, Caxias criou uma Companhia de Transportes.

Essa organização manteve-se até 24 de outubro de 1896, quando foi criada a Intendência Geral da Guerra, extinta em 1908 e substituída pelo Departamento de Administração. *O Corpo de Intendentes*, organizado em 1908, foi a primeira idéia no sentido de as repartições provedoras de material de Intendência serem administradas por um quadro técnico e especializado.

O Serviço de Intendência, todavia só seria criado a 1^ª de março de 1920, sob os auspícios da Missão Militar Francesa.

• Experiências em Campanha

O Brasil, de tradição notoriamente pacífica, possui algumas experiências de combate, sendo a mais recente a 2^ª Guerra Mundial. Os grandes períodos de paz ocasionavam a extinção de Órgãos que atendiam, com relativa eficácia, às tropas em campanha.¹ Como consequência, ao ser necessário o emprego das tropas, recorria-se a procedimentos não planejados para aquisição de suprimentos, pela exploração de recursos locais ou aquisição através de mascates que acompa-

nhavam o Exército. Não havia, portanto, um controle ou uma coordenação adequada.

Guararapes (1648 - 1654)

Nosso Exército nasceu em Guararapes e, com ele, o Serviço de Intendência, embora não tivesse esse nome de batismo, ou qualquer outro.

Em 1648, o General Francisco Barreto de Menezes foi mandado por D. João VI a Pernambuco, para assumir a chefia das operações no sentido de expulsar os holandeses que o invadiram em fevereiro de 1630.

O pequeno número de destemidos brasileiros que expulsaram o invasor de Pernambuco, justamente por ser pequeno, vivia à conta dos recursos do território, do socorro eventual que recebia da Metrópole e dos donativos dos homens de posses da região simpáticos à causa.

Porém, as suas necessidades eram mínimas e o fértil solo que pisavam tinha o suficiente para alimentá-los. O equipamento reduzia-se a armas brancas e de fogo, e uniformes não eram necessários para distingui-los dos louros e bem aparamentados soldados batavos.

1. Um exemplo foi o Comissariado Militar do Brasil, extinto em 1830.

Campanha da Cisplatina (1825 – 1828)

Ao começar essa campanha, o governo imperial adotou o reabastecimento misto, embora os recursos locais fossem limitados quase que exclusivamente ao gado, abundante na região. A tropa era reaprovisionada com o concurso de carretas de víveres e dos mascates, que seguiam de perto as colunas com quinilharias e conservas, o que auxiliava a alimentação dos homens.

Ensaçou-se aí, pela primeira vez no Brasil, o processo de reabastecimento por meio de recursos vindos da retaguarda. Se bem que conduzidos por fornecedores civis, que nos seus movimentos obedeciam às ordens do comando.

Revolução dos Farrapos (1835 – 1845)

Nessa luta fratricida, a tropa imperial, para viver, recebia abastecimentos por via marítima do Rio e de São Paulo, e recorria aos recursos do território. Os revolucionários recebiam armas pelas fronteiras e a sua alimentação limitava-se à carne, abundante na região.

A sobriedade do gaúcho e a sua predileção pela carne fizeram com que a tropa resistisse às vicissitudes dessa longa campanha. Quanto ao fardamento ou roupa, o próprio nome com que o movimento passou a história – *Guerra dos Farrapos* – explica.

Ações contra Oribe e Rosas (1851 – 1852)

A campanha de 1851-1852 contra Oribe e Rosas assinalou acentuado progresso em nossa arte militar. Caxias, nomeado Comandante em Chefe do Exército que iria intervir no Prata deu, ao seu Quartel General, uma organização que foi adotada posteriormente para o próprio Ministério da Guerra. Reorganizou o Comissariado Militar do Brasil e a Repartição do Quartel Mestre General.

Caxias, ao mover-se para Santa Lúcia, levou, na esteira da sua tropa, um comboio de 19 carretilhas e 80 carretas, com víveres e munição. Para o reabastecimento de carne verde, contava com recursos abundantes da região, que lhe asseguravam farto reaprovisionamento diário.

O provimento de arreamento e equipamento era feito pelos arsenais de guerra do Rio de Janeiro e de Porto Alegre. O fardamento e o calçado eram providos pelos próprios corpos de tropa, a custa dos fundos de fardamento.

Guerra do Paraguai (1864 – 1868)

Julgando-se espoliado em seu patrimônio territorial, compreendido pelas bacias dos rios Paraguai e Paraná, centro irradiador de colonização espanhola na América do Sul o Paraguai, em dezembro de 1864, o Governo do Paraguai determinou a invasão do estado de Mato Grosso, dando início à guerra.

Uruguai e Argentina, por motivos de antagonismos econômicos e políticos com Assunção, uniram-se ao Brasil, dando início à Tríplice Aliança, que tinha como objetivo combater o inimigo invasor.

O relato das medidas em torno do reaprovisionamento dos corpos que operaram contra o Paraguai é uma fileira de imprevistos, dificuldades, faltas, falhas e lacunas. O rio foi eleito como eixo principal dos supri-

mentos e as embarcações fluviais preponderaram como meio de transporte, atuando como verdadeiros depósitos flutuantes. Os ancoradouros eram os terminais onde compareciam as carretas (puxadas a cavalo) que, depois de carregadas, rumavam em direção à tropa.

Durante esse período e apesar das dificuldades, o abastecimento das tropas brasileiras fez-se com regularidade.

Canudos (1896 - 1897)

Durante o ano de 1896, quando as bases do novo regime republicano ainda se mostravam frágeis, no sertão baiano o messianismo religioso, com origens que remontam ao sebastianismo português, explodia em contestação ao regime. Na impossibilidade de as milícias estaduais debelarem prontamente a sedição, coube ao Exército o encargo de neutralizá-la antes que, como um incêndio de proporções imprevisíveis, se alastrasse

pelo interior do país. Nessa campanha, o veterano da Guerra da Tríplice Aliança, então Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bitencourt, destacou-se de forma brilhante, ao deslocar-se pessoalmente para o teatro de operações onde, organizando de forma eficiente o apoio logístico às operações de combate, permitiu que a rebelião fosse extinta.

De 1920 aos dias atuais

Evolução

O Decreto 14.835, de 1º de outubro de 1920, assenta um marco relevante na evolução do Serviço de Intendência, quando, a partir de sua vigoração, é aprovado o regulamento para o Serviço de Intendência da Guerra. Criam-se dois quadros distintos: *Intendentes da Guerra*, para direção e verificação, e *Intendentes para Administração Militar*, com finalidade de gestão e execução. Criam-se também tropas de administração e as Escolas de Intendência¹.

Em novembro de 1921, o alicerce do Serviço de Intendência foi finalmente consolidado, com a fusão das duas antigas Diretorias, de Inten-

dência de Guerra e de Administração, em uma única denominada *Diretoria Geral de Intendência de Guerra*. É por meio do novo regulamento que se definem as responsabilidades, deveres, diretrizes do Serviço, tanto em tempo de paz como de guerra e as normas para o recrutamento e funcionamento das Escolas recém criadas.

Sem dúvida, a experiência francesa absorvida na 1ª Guerra Mundial, representou um dos componentes da matéria prima utilizada na feitura do conjunto normativo. É mister citar que, até então, o recrutamento para os dois quadros citados diferia basicamente quanto ao posto e graduação dos profissionais candidatos: para a Escola Superior de Intendentes de Guerra oficiais e, para a Escola da Administração Militar, sargentos.

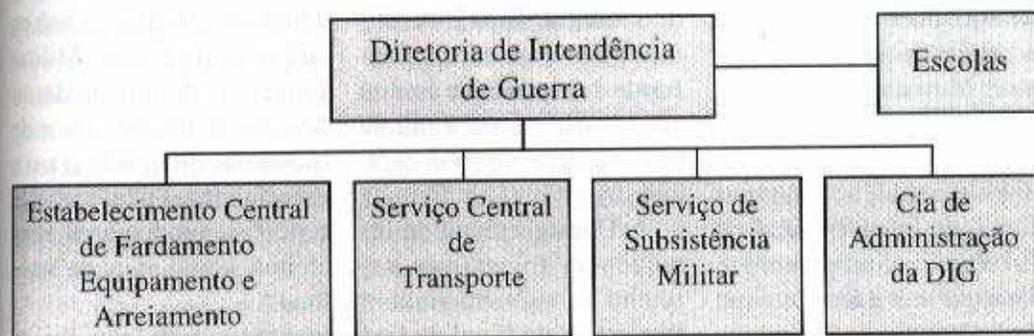
Em 1921, é criado o quadro de oficiais contadores, que teriam, como encargo, a contabilidade exercida nos corpos da tropa e nos estabelecimentos militares.

Para que haja perfeita compreensão da evolução do serviço de Intendência, é imprescindível transcrever o seu primeiro quadro de efetivos:

1. Escola Superior de Intendência de Guerra, para formar o intendente de guerra, e Escola de Administração Militar, para formar oficiais de administração.

Quadro Postos	Intendentes de Guerra	Oficiais da Administração	Contadores		
			Tes	Almox	Aprov
Gen Bda	1				
Cel	08				
Ten Cel	12				
Major	22				
Capitão	07	30	39	21	
1º Ten		30	81	99	
2º Ten		20		13	86
TOTAL	50	80	120	133	86

Em 1924, pelo Decreto 16.606, é aprovado um novo regulamento para o serviço de Intendência, que ficou constituído da seguinte forma:



Em 1927, o Serviço de Intendência iniciou a atividade de subsistência de forragem.

O Decreto 24.287, de 24 de maio de 1934, reestruturou-o, conforme discriminado abaixo, destacando-se a criação do Serviço de Fundos, encarregado de prover as necessidades das Unidades: de inspeção (Inspetoria do Serviço de Intendência); de direção (Di-

retoria de Intendência do Exército); de execução (Serviços de Subsistência, Estabelecimentos, Depósitos de Material, Formação de Tropas de Intendência, Serviço de Intendência dos Corpos de Tropa, Estabelecimento e Repartição); de preparação técnica (Escola de Intendência do Exército) e serviço de fundos.

Em 1935, foi instituído o Serviço de Intendência Re-

gional (SIR) e criado o Estabelecimento Central de Material de Intendência, atual 14º Depósito de Suprimento.

Em 1940, foi feita a unificação do Serviço, com a junção dos Quadros então existentes.

Para a formação do oficial intendente, seria utilizada a Escola de Intendência do Exército onde também seria desenvolvido o Curso de Aperfeiçoamento de Capi-

tões e, na Escola de Estado-Maior, o Curso de Alto Comando. Era o passo decisivo para a completa integração do Serviço.

Em 1942, foram criadas as Diretoria de Material de Intendência, Diretoria de Subsistência e a Diretoria de Finanças.

Em 8 de setembro de 1944, o Aviso Ministerial nº 2761 fixa instruções para o concurso de admissão na Escola Militar de Resende e, no ano seguinte, o curso de formação de aspirante-a-oficial do serviço passou a ser feito naquela escola.

Em novembro de 1950, os órgãos de direção são extintos e criadas as Diretorias *Geral de Intendência*, e de *Produção, Suprimento e Transporte* e a de *Finanças* do Exército.

Em junho de 1952, a Diretoria de Suprimento e Transporte é desmembrada em Diretoria de Suprimento e Diretoria de Transporte.

Em 1955, foi criada a COSEF – Comissão Superior de Economia e Finanças, que iniciou o seu funcionamento em 1º de janeiro de 1956.

Em 1956, a Diretoria Geral de Intendência passou a subordinar-se ao Departamento de Provisão Geral e a compreender as seguintes

Diretorias: de Material de Intendência; de Subsistência; e de Finanças.

A Diretoria de Suprimento teve a sua denominação alterada para Diretoria de Material de Intendência.

Em junho de 1969, o COSEF é extinto, sendo criada a DGEF (Diretoria Geral de Economia e Finanças) composta por duas novas diretorias: DAF (Diretoria de Administração Financeira) e DCont (Diretoria de Contabilidade). A primeira das duas com a finalidade de controle de crédito orçamentário e a 2ª controle de numerário, também orçamentário.

A Diretoria Geral de Intendência foi extinta em janeiro de 1971, surgindo o Departamento Geral de Serviços, que comporta a Diretoria de Subsistência, Diretoria de Material de Intendência e a Diretoria de Transporte, e também foram criados os batalhões logísticos.

Em agosto de 1982, é extinta a Diretoria Geral de Economia e Finanças, sendo criada, nessa mesma data, a Secretaria de Economia e Finanças, composta atualmente pela Diretoria de Contabilidade, Diretoria de

Administração Financeira, Diretoria de Auditoria e Centro de Pagamento do Exército.

EXPERIÊNCIAS EM CAMPANHA

• Lutas Internas (1924, 1926, 1930 e 1932)

Nessas campanhas, o Serviço de Intendência já se apresentou em moldes semelhantes aos seus congêneres dos exércitos dos países adiantados. A criação, sob os auspícios da Missão Militar Francesa, de um moderno Serviço de Intendência e de escolas de diferentes graus e especialidades para preparar o pessoal produziu os seus efeitos, como se pôde verificar.

O Serviço de Intendência, na curta campanha de 1924, em São Paulo, valeu-se da linha férrea e organizou um sistema de reaprovisionamento dentro da técnica moderna: – estações reguladoras, trem diário, terminais, pontos de distribuição, onde se estabeleceram os contatos com as viaturas das unidades, etc. Nas campanhas subsequentes dessa rebelião, no Paraná e no interior do Brasil, nos estados da Bahia, Goiás e Mato Grosso, o

Serviço de Intendência estendeu suas redes, aproveitando as estradas de ferro em curso, as rodovias, os meios de transportes marítimos e fluviais, estabelecendo um sistema que nunca falhou no proporcionar, às colunas combatentes, as provisões que lhe competia fornecer.

• Segunda Guerra Mundial

Em 1944 para atender à mobilização do Exército Brasileiro para a 2ª Guerra Mundial, é composto o Serviço de Intendência da Divisão de Expedicionários, com os seguintes órgãos: Chefia do Serviço de Intendência; Companhia de Intendência e Companhia de Viaturas de Intendência.

Criou-se, ainda, o Depósito de Intendência da FEB, Serviços de Fundos, Pagadoria Central e Fixa da FEB.

Nessa guerra ficou evidenciada a deficiência do Exército Brasileiro em termos de Serviço de Intendência. Anotações do General Senna Campos, E4 da FEB, nos dão conta de que muitos itens de suprimento não atendiam às reais necessidades da tropa, sendo substituídos por similares americanos, tendo mesmo uma boa parte retornado ao

Brasil. Na alimentação, não possuíamos cardápio que pudesse atender ao desgaste natural do homem. Cabe salientar que nosso soldado adaptou-se perfeitamente à nova situação e novas técnicas foram aprendidas e incorporadas, aprimorando-se mais as atividades realizadas pela Intendência.

A doutrina militar americana saiu-se vitoriosa. Passamos a adotá-la em substituição à francesa.

ORGANIZAÇÃO ATUAL

Efetivo de Oficiais de Carreira

General-de-Divisão	1
General-de-Brigada	7
Coronel	74
Tenente-Coronel	110
Major	125
Capitão	204
1º Tenente	235
2º Tenente	67
Soma	823

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

• Centro de Pagamento do Exército

O Centro de Pagamento do Exército (CPEX), órgão de apoio e de execução diretamente subordinado à Secre-

taria de Economia e Finanças (SEF), tem por finalidade executar as atividades de pagamento de pessoal centralizado e da dívida externa do Ministério do Exército, mediante a utilização plena dos meios de informática. O CPEX integra o Sistema de Controle Interno do Ministério do Exército, competindo-lhe, especificamente: exercer a gerência do Sistema Automático de Pagamento de Pessoal (SIAPPES) e de outros sistemas a serem criados, necessários à centralização de pagamentos; tratar de assuntos de estatística referentes à sua área de atuação; elaborar propostas relativas a planos, projetos e programas que dependem de aprovação superior, relativos às suas atividades, e visitas de orientação; receber, aplicar e comprovar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, descentralizados para o cumprimento de sua atividade-fim; recolher ou determinar o recolhimento de valores pagos indevidamente a terceiros; e executar os encargos de mobilização que lhe forem atribuídos.

Traduzindo em números, são atendidas mensalmente (são pagas), aproximada-

mente, 600 unidades administrativas, com um efetivo médio pago de 400 mil usuários, utilizando-se uma rede de 5.800 agências bancárias em 13 bancos conveniados, e um pagamento mensal da ordem de R\$ 430.000.000,00.

• Diretoria de Contabilidade

A DCont é um órgão de apoio técnico-normativo da Secretaria de Economia e Finanças, incumbido de realizar as atividades de gerenciamento do Sistema de Controle de Material Permanente do Exército (PATRIMEX); suprimento em numerário às unidades gestoras da Força; elaboração do Calendário Anual da reunião dos chefes de Inspetorias de Contabilidade e Finanças; análise e interpretação dos balancetes sintéticos e dos balanços do Ministério do Exército; e levantamento de custos dos projetos/atividades deste.

• Diretoria de Auditoria

A Diretoria de Auditoria (D Aud), órgão de apoio técnico normativo e de execução da Secretaria de Economia e Finanças (SEF), tem por finalidade, como estágio superior e final do controle

interno do Ministério do Exército (MEx), acompanhar e avaliar os atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal das unidades gestoras (UG), com o propósito de: certificar a adequação e a regularidade das contas; comprovar a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos e no controle e manutenção dos bens patrimoniais públicos; e emitir pareceres sobre legislação dos atos de admissão e desligamento de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, no âmbito do MEx, e remetê-los à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU).

A ela, além de outras atividades, compete especificamente: realizar estudos e propor normas relacionadas com o aperfeiçoamento e a racionalização das atividades de auditoria desenvolvidas no MEx; coordenar e executar atividades de auditoria contábil, de gestão, de programas, de sistemas, de pessoal. Operacional e especial, no âmbito do MEx, inclusive no das entidades vinculadas, acompanhar e avaliar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial das UG do MEx, a fim de cer-

tificar a legalidade e eficiência na utilização de recursos e bens públicos; acompanhar e avaliar os recursos de execução física e financeira de projetos, atividades, convênios, ajustes, acordos e similares, de forma a evidenciar o cumprimento das metas programadas, a ocorrência de eventuais distorções, bem como das aplicações, sob qualquer forma, dos recursos públicos; coordenar o processo de avaliação do desempenho funcional dos Ordenadores de Despesas (OD); e examinar os atos de admissão e desligamento de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões no âmbito do MEx, a fim de atestar sua legalidade.

• Diretoria de Material de Intendência

A Diretoria de Material de Intendência (DMI) é o órgão de apoio, integrante do Departamento-Geral de Serviços (DGS), incumbido de superintender as atividades ligadas à administração do material de Intendência.

A ela compete especificamente: planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades pertinentes à obtenção, armazenamento, dis-

tribuição, manutenção e alienação do material, objeto do subsistema de material de intendência; elaborar propostas relativas a : planos, projetos, programas, instruções e normas concernentes às suas atividades, orçamento e programação de recursos, distribuição dos créditos disponíveis pelos órgãos executivos das atividades/projetos, aperfeiçoamento da legislação e das normas administrativas em vigor, manuais técnicos, visitas e inspeções, e realizar o controle físico, bem como o aperfeiçoamento orçamentário e financeiro da execução de suas atividades;

• Diretoria de Subsistência

São suas principais missões:

- a organização das atividades de alimentação de pessoal e arraçãoamento de animais em tempo de paz a fim de atender, com um mínimo de adaptação, às necessidades da F Ter em caso de emprego operacional;
- o provimento de todas as OM da F Ter com suprimentos de subsistência, adequados aos diversos ambientes geográficos nacionais;
- o estímulo e orientação da indústria nacional para a

produção dos artigos de subsistência, visando a reduzir ao mínimo a dependência de fontes externas;

- a obtenção em suas atividades, da eficácia, por meio da racionalização dos recursos disponíveis;

- a promoção do permanente levantamento e da avaliação das necessidades de estocagem;

- dos suprimentos de subsistência, em função do consumo, do tempo de conservação, dos níveis de segurança, do prazo para obtenção e das exigências operacionais;

- a busca da otimização dos recursos por meio de judiciosas aquisições;

- a obtenção da eficácia do controle dos suprimentos com a crescente utilização do processamento automático de dados;

- a interação com as demais Forças Singulares, buscando a padronização dos suprimentos, particularmente no tocante às rações operacionais; e o

- acompanhamento da evolução tecnológica no campo de pesquisa e de projetos, de interesse da alimentação humana e animal, sugerindo ao DGS propostas a serem encaminhadas ao Estado-Maior do Exército

e ao Estado-Maior das Forças Armadas.

• Diretoria de Transporte

Como órgão de apoio técnico normativo, a Diretoria de Transportes planeja, orçamenta, programa e controla a atividade de transporte administrativo de tropas e cargas do Exército, sendo que sua execução é de responsabilidade das Regiões Militares.

• Outras Unidades de Intendência

- Inspetorias de contabilidade e finanças do Exército

Atualmente, integrando o Sistema de Controle Interno do Ministério do Exército e diretamente subordinadas à SEF, 10 Inspetorias têm, na contabilidade de suas unidades gestoras vinculadas, o seu principal campo de atuação, no exame da conformidade legal dos atos das gestões orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos agentes responsáveis; no exame e na manutenção do controle do rol dos agentes responsáveis; na elaboração e na remessa para a Diretoria de Auditoria da Tomada de Contas Anual das Unidades Gestoras; e na

colaboração com a formação de novos intendentes.

– Batalhões Logísticos

Criados a partir de 1971, os Batalhões Logísticos têm por missão assegurar apoio logístico à Brigada (DE) nas classes de suprimento de subsistência (Classe I); combustíveis e lubrificantes (Classe III); itens completos, peças e conjuntos de reparação (classes II, IV, V(A), VI, VII, IX e X); e material de saúde (Classe VIII), com as respectivas capacidades, além do transportado pelas unidades.

À Companhia de Intendência, orgânica dos mesmos, compete realizar o transporte de suprimento e de tropa, e prestar serviços em campanha especificamente de refrigeração, banho e lavanderia. Na missão de distribuição de suprimento incluem-se as classes de I, II, III e produtos de outras classes acabados.

– Bases Logísticas

Têm atividades semelhantes às dos Batalhões Logísticos, com a característica de operarem na Selva Amazônica e utilizarem o transporte fluvial em suas atividades de suprimento.

– Depósitos de subsistência

Têm como objetivo atender às unidades em suprimento de classe I – Alimentação.

– Depósitos de Suprimento

Têm como objetivo suprir a tropa em todas as classes de suprimentos, exceto material de aviação.

– Batalhões de Suprimento

Desempenham atividades semelhantes às dos Depósitos de Suprimento.

– Estabelecimento Central de Transporte

Localizado no Rio de Janeiro, tem atribuições de transporte de pessoal e de carga por todo o Brasil.

– Batalhão DOMPSA

O Batalhão de Dobragem Manutenção de Pára-quadras e Suprimento Aéreo, também localizado no Rio de Janeiro, é a unidade de intendência do Exército responsável pela dobragem e manutenção dos pára-quadras da Brigada pára-quadrista, bem como pelo lançamento de cargas em apoio a operações terrestres e navais.

A FOLHA DE ACANTO

A alusão mais remota ao Serviço de Intendência Militar de que se tem notícia está consignada no poema, misto de história e lenda: *A Ilíada*. Com efeito, Homero conta que nas hostes de Agamenon, lendário rei de

Micenas e herói das pugnas troianas, havia oficiais de alta patente, investidos de magistratura, pelo poder fiscalizador dos reis, aos quais incumbia a gestão dos fundos destinados ao pagamento dos soldados e das demais despesas *in loco*, decorrentes da campanha.

Eram os primeiros *intendentes*! Foram justamente esses magistrados das finanças militares, das tropas de Agamenon, que elegeram a folha de acanto para seu símbolo distintivo, não como adorno de uniforme, mas como meio prático de se fazerem localizar, com facilidade, dentro dos acampamentos.

Esse ornato tem sido aplicado a uma infinidade de obras de arte, desde o capitel coríntio que encimava as colunas que sustentavam o templo de Salomão. O acanto é considerado a expressão máxima de arte e beleza, que poderá ser encarado, também, como símbolo de inteireza de caráter e perfeição moral. A Botânica nos ensina que o acanto, do grego *Akantos*, é uma planta da família das dicotiledôneas, de flores brilhantes, e caracteriza-se por suas folhas largas, que se tornam rapidamente amareladas após seu

corde, daí deduzir ser essa a razão da cor amarela representar a Intendência.

Com a criação do Serviço de Intendência, sob o influxo da Missão Militar Francesa, era natural que fossem adotados os mesmos distintivos dos quadros congêneres do Exército Francês, e assim sucedeu. Esse ornato tornou-se o distintivo dos Quadros de Intendência das nossas três Forças Armadas.

O PATRONO DO SERVIÇO DE INTENDÊNCIA

O aniversário do nascimento do Marechal Carlos Machado Bittencourt marca, também, o dia consagrado ao Serviço de Intendência. Nada mais justo e significativo do que, num preito de gratidão, externar-se o reconhecimento ao grande *Marechal de Ouro*, elegendo-o para Patrono do Serviço de Intendência.

Neto e filho de militares, era gaúcho, de Porto Alegre, assentando praça em 1º de janeiro de 1857. Participou, como tenente, dos maiores feitos bélicos da guerra do Paraguai, entre eles a travessia do rio Paraná, as batalhas do Estero Bellaco e Tuiutí, o combate de Tuiucú e o sítio e rendição de

Humaitá. Mais tarde, junto ao pai, brigadeiro que comandava o 1º Corpo de Exército, destacou-se nas operações da Dezembrada, na passagem da ponte de Itororó, nas batalhas de Avaí e Lomas Valentinas e na rendição de Angustura, entrando, com o estado-maior do corpo, em Assunção, em janeiro de 1869. Em Lomas Valentinas, por sua bravura, foi promovido a capitão.

Quando a República foi proclamada, era coronel e comandava a guarnição e fronteira de Jaguarão, comissão que continuou a exercer quando foi promovido a brigadeiro, em janeiro de 1890. Comandou o 6º Distrito Militar, em Porto Alegre, e o 4º, em São Paulo, além da Guarda Nacional. Em 1895, foi nomeado Ajudante-General do Exército e, já marechal graduado, Ministro do Supremo Tribunal Militar, cargo que honrou até 17 de maio de 1897, quando aceitou o convite do Presidente da República para gerir o Ministério da Guerra.

Preocupou-o, de imediato, a Campanha de Canudos, onde o Exército vinha acumulando seguidos insucessos. Decidiu então intervir pessoalmente, seguindo para a Bahia com homens e supri-

mentos suficientes, em particular víveres e munição. Cuidando, ele próprio, dos problemas logísticos, conseguiu pôr fim à sinistra campanha. Quando do desembarque da tropa que lutara no sertão baiano, foi assassinado a facadas, no Arsenal de Guerra, no Calabouço, ao defender a vida do Presidente Prudente de Moraes contra as tentativas homicidas de um fanático.

No ano de 1997, comemorou-se o centenário de sua morte, com homenagens mais do que justas ao grande herói.

O PADROEIRO DO SERVIÇO DE INTENDÊNCIA

No início da era cristã, um exército romano dirigia-se às Gálias para sufocar uma revolta. No comando estava Maximiliano, chefe exigente e implacável que, juntamente com Deocleciano, governava o Império. Durante um grande alto, Maximiliano estranhou que a Legião Tebana estivesse distanciada, à parte, e enfureceu-se ao saber que seus integrantes, sendo cristãos, mantinham-se afastados como fito de não participar dos sacrifícios do cerimonial pagão.

A Legião Tebana era conhecida pela eficiência e

bravura com que lutara na Ásia Menor e, como era próprio das legiões romanas, combinava elementos de combate e de apoio, à semelhança das nossas atuais brigadas. Maximiliano exigiu a presença da Legião Tebana no cerimonial e, ante a recusa unânime, mandou dizimá-la.

Sorteados e decapitados os homens em quantidade igual à décima parte de seu efetivo, a Legião não mudou de atitude. Repetiu-se o sorteio e o morticínio. Abatidos os homens do terceiro sorteio, veio o ultimato: se a Legião não abjurasse a fé cristã seria inteiramente exterminada.

Foi o que aconteceu.

Cândido, o Intendente-mor da Legião Tebana, era magnífico pelo desprendimento e perfeição com que cumpria seus deveres de cristão, soldado e intendente.

Canonizado como São Cândido e festejado a 22 de setembro, dia de sua devoção, é, oficialmente, o padroeiro dos Intendentes.

PERSPECTIVAS

A História nos mostra que as necessidades vitais do homem são imutáveis, a evolução do serviço de Intendência está ligada a novas técnicas e novas organizações que melhor as satisfaçam. Com o passar do tempo, ficou evidenciada a necessidade de os chefes militares realizarem um organizado apoio às tropas na guerra. Daí não podermos abrir mão de uma estrutura de paz que possa, em um curto espaço de tempo, atender às necessidades de uma situação de beligerância.

No Brasil, órgãos que atenderiam a esta mudança de situação foram criados e

extintos em épocas diversas. Claro é que a maior dificuldade para adotarmos tal estrutura prende-se ao fato de sermos um país de política essencialmente pacifista.

É inegável que a Intendência evolui muito. Hoje acha-se em estudo, no Estado-Maior do Exército, diretriz do Senhor Ministro do Exército, com uma proposta que, entre outras considerações, transforma o Serviço de Intendência do Exército em Arma, com a posição de que todos os oficiais oriundos da AMAN terão o mesmo tratamento. Assim sendo, as funções terão um caráter mais abrangente com concorrência às aditâncias militares, as mesmas vagas na Escola de Estado-Maior e a disputa ao generalato entre os concorrentes das demais armas, com a possibilidade de alcançar o mais alto posto da Força.

Bibliografia

DEL RÁ, J. J., General, "A Intendência Militar - Através dos tempos".

SENNAMCAMPOS, General, "a FEB na Itália".

SALLES, José, Coronel, "A Intendência em Campanha".

PILLAR, Olintho, General "Os Patronos das Forças Armadas".

_____, A Defesa Nacional, revista edição 1978.

_____, Noticiário do Exército, edições de 12 de abril de 1987, 1991, 1993, 1995, e 1996.

_____, "Evolução Histórica do Serviço de Intendência", monografia, Es AO, 1984.